

Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária¹

Sérgio Sauer²

Quem estará nas trincheiras ao teu lado?

E isso importa?

Mais do que a própria guerra!

Hemingway

Resumo: As narrativas sobre as crises recentes – associadas a embates geopolíticos, particularmente à articulação dos BRICS e à presença da China no Continente – tem provocado transformações agrárias e impactos sobre usos da terra, não só no Brasil, mas em toda a América do Sul. As crises financeira, ambiental (com ênfase nas mudanças climáticas), alimentar (particularmente os aumentos dos preços dos alimentos) e energética (busca de fontes alternativas de energia, relacionada também a preços do petróleo) têm sido motivações principais para investimentos no setor agropecuário, tanto para a produção de *commodities* agrícolas como especulativos. São também reflexos da financeirização da terra, dos cultivos flex e dos acordos comerciais dos BRICS, particularmente da China tanto em investimentos como mercado e destino das *commodities*. Estes fenômenos – e as narrativas sobre os mesmos – provocam transformações agrárias na região, colocando a terra como parte fundamental das disputas geopolíticas, promovendo a expansão das fronteiras e resultando em novos ou aprofundamento de antigos conflitos socioambientais, especialmente disputas pelo acesso e posse das terras e dos recursos naturais.

Palavras-chave: Terra; Crises; BRICS; Cultivos Flex; América do Sul

¹ Este capítulo foi escrito a partir das reflexões e discussões na mesa “a realidade agrária na América Latina”, realizado durante o VII Simpósio sobre Reforma Agrária e questões rurais: 30 anos de assentamentos na Nova República, Araraquara, junho de 2016.

² Doutor em Sociologia, professor da Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB) e no Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS) e pesquisador do CNPq.

Abstract: The narratives on recent crises – associated with geopolitical clashes, particularly the articulation of the BRICS and the presence of China on the Continent – have provoked agrarian transformations and impacts on land uses not only in Brazil, but throughout South America. Financial, environmental (with emphasis on climate change), food (particularly food price increases) and energy crises (search for alternative energy sources, also related to oil prices) have been main motivations for investments in the agribusiness sector, for the production of agricultural commodities but also speculative investments also. These are also reflections of the financialization of land, flex crops and BRICS trade agreements, particularly China, both in terms of investments and market and destination of commodities. These phenomena – and the narratives supporting them – provoke agrarian transformations in the region, placing land as a fundamental part of geopolitical disputes, promoting the expansion of agricultural frontiers and resulting in new or deepening of old socioenvironmental conflicts, especially disputes over access and control of land and natural resources.

Keywords: Land; Crisis; BRICS; Flex Crops; South America

Introdução

Em junho de 2016, a entidade não governamental *Genetic Resources Action International*, ou simplesmente Grain (criada em 1990 na Espanha, mas hoje uma entidade global), divulgou um novo relatório sobre o fenômeno “land grabbing”. Após oito anos do lançamento do primeiro relatório – publicado em outubro de 2008, “colocando o tema na agenda internacional”, segundo a mesma –, retoma o que vem sendo traduzido para o português como ‘estrangeirização de terras’, reafirmando que a tendência é a mesma continua crescendo a nível global.

Este tema voltou à pauta política no Brasil, não como resultado do novo relatório da Grain, mas devido a declarações do Executivo Federal. Ainda durante o processo de impeachment, Blairo Maggi (LACERDA, 2016) e o próprio Michel Temer (BARRETTO, 2016) se declararam favoráveis à liberação de compra de terras por pessoas (físicas e jurídicas) estrangeiras.

Apesar de adiar a decisão para 2017 (ZAIA, 2016), o governo, inclusive o Ministro da Fazenda, continua defendendo a liberação de investimentos estrangeiros em terras (NINIO, 2016). Essas declarações reacenderam o debate sobre o tema, inclusive mantendo a pauta na mídia nacional (CASTILHO, 2017).

Apesar de abordar este fenômeno da estrangeirização neste artigo, não é somente a corrida mundial por terras que sustenta a tese de que a “questão agrária”, mais precisamente a terra, é a questão do século XXI. A terra é o tema do século, mas por uma combinação de fatores e crises, sendo que demandas por matérias primas e investimentos em terras são elementos importantes deste processo.

Independentemente dos diferentes questionamentos sobre a tal *estrangeirização* (OLIVEIRA, 2010), o tema chama a atenção para a necessidade de entender a realidade agrária para além do Brasil. Bem nos lembrou Guilherme Delgado que a terra está diretamente relacionada à nacionalidade, a constituição da nação – soberania territorial, cultura –, mas é fundamental não tomar a ‘nação’ como uma ilha, nem restringir os históricos problemas fundiários a uma questão exclusivamente brasileira.

Mesmo reconhecendo que, historicamente, há uma falta de estudos e pesquisas comparativas e que muitas discussões teóricas ficaram restritas às fronteiras nacionais, este não é o objetivo deste texto. O objetivo principal é situar as transformações agrárias (demandas por e mudanças no uso da terra) em uma geopolítica global (contexto mais amplo para além do agrário nacional). Esta geopolítica inclui dois elementos que é a formação dos BRICS (acordos entre Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul), particularmente a presença e influência da China no campo do Cone Sul. O segundo elemento está relacionado à combinação de crises – ambiental e/ou climática, alimentar, energética e financeira – e as mudanças no agro, especialmente os (as narrativas em torno dos) cultivos flex.

Pensar a realidade do campo, a realidade agrária para além fronteiras é fundamental. Consequentemente, este texto está dividido em duas partes principais. A primeira é a importância da terra – e dos recursos naturais, que estão diretamente vinculados à terra – em um contexto de crises. A segunda parte discute a presença e as influências da China, a segunda maior economia do planeta, no campo brasileiro e sul americano, considerando que este país se tornou o principal parceiro comercial ou redor de vários países sul-americanos.

‘Questão da terra’ ou ‘questão agrária’ em um contexto de crises

Apesar de muitas confusões teóricas, a ‘questão agrária’ é uma noção marcada por um determinado debate ou reflexão, tendo como ponto de partida a expansão do capitalismo industrial e suas consequências para o campo (mais especificamente para a agricultura) e a população camponesa, ainda no Século XIX. Se constituiu em um campo rico de debates político-teóricos, com produções excepcionais e pensadores renomados, inclusive com uma vasta literatura no Brasil,³ portanto, sem a pretensão de retomar ou refutar desse debate, a minha hipótese aqui é que ‘questão da terra’ é o tema do Século XXI.

Além de usar uma noção distinta (portanto, não é uma simples troca de termos), a intenção é explicitar que a terra, com outros recortes e dimensões, está novamente posta na agenda política, se é que algum dia saiu desta pauta. Perspectivas, ângulos e dimensões são distintos, mas reafirmam a centralidade da terra, inclusive para além de sua dimensão produtiva; para além da noção de terra apenas como meio de produção.

A terra voltou ao centro da agenda devido a uma combinação de crises, com especial destaque, a partir de 2008 ou 2009, para a chamada crise alimentar (DOMINGUES, 2011), combinada com outras crises. Essa combinação refere-se às crises alimentar – que, na verdade, foi uma crise provocada pelo aumento nos preços e concentração nas transações comerciais dos alimentos (OSWALD, 2011) –, ambiental ou climática, energética e, particularmente, a financeira (BORRAS *et al.*, 2012). Essas crises aconteceram no contexto do chamado “boom das commodities”, ou seja, elevação dos preços das matérias primas no mercado internacional (THE ECONOMIST, 2011), o que acabou aumentando a produção agrícola nos países ricos (SILVA, 2011).⁴

A crise na segurança alimentar – na verdade, aumento dos preços

³ Para maiores detalhes sobre esse debate em terras brasileiras, ver a coleção (oito volumes) organizada por J.P. Stédile e publicada pela Expressão Popular, denominada “A questão agrária no Brasil”.

⁴ De acordo com Graziano da Silva (2011), “a disparada dos preços dos cereais em 2008 elevou a produção dos países ricos em quase 13%; nas economias pobres e em desenvolvimento, o efeito limitou-se a 3,5%. Excluídos Brasil, China e Índia, foi de menos de 0,5%”.

dos alimentos, pouco discutido no Brasil⁵ – reforçada com a notícia de que a população mundial alcançou sete bilhões em outubro de 2011 – de uma maneira geral, recebeu soluções e saídas apenas relacionadas à necessidade de aumentar a produção agrícola. A própria Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) fez cálculos e anunciou que a produção agrícola mundial teria que dobrar para atender a demanda crescente de alimentos relacionada ao aumento populacional (MUTELA, 2014). Os anúncios de possíveis soluções não enfatizaram, por exemplo, a necessidade de evitar desperdícios, ou mesmo os históricos problemas relacionados à má distribuição e à falta de acesso aos alimentos, mas sim “investir em produção, gerar renda e emprego e reduzir pressões inflacionárias em escala global, injetando coerência à macroeconomia da retomada do crescimento” (SILVA, 2011).

A segurança ou soberania alimentar – usando aqui as duas noções em um sentido amplo, evitando os debates políticos sobre diferenças destes – não pode ser reduzida à uma equação entre produção, quantidade disponível de alimentos e o número de pessoas, muito menos reduzir à quantidade de calorias diárias necessárias para cada pessoa. A segurança alimentar – seja na concepção atual do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas, seja em uma perspectiva de soberania alimentar, como defendem os movimentos sociais agrários – transcende à relação entre extensão de área cultivada e quantidade ou toneladas produzidas de grãos (SCHIAVONI, 2017). Os desafios da soberania e segurança alimentar, para além da crise alimentar (reduzida a preços e oportunidades de negócios, mas que aponta na perspectiva do “fim da era da comida barata”), são temas centrais na discussão sobre acesso e uso da terra (McMICHAEL, 2009, p. 139).

Em segundo lugar, a crise ambiental, que vem sendo traduzida e discutida mais claramente na agenda internacional sob o tema das mudanças climáticas, mas que não se resume a essas mudanças. Entre as multivariadas nuances deste tema, é fundamental ter claro as relações com a agricultura, pois esta atividade humana é tanto afetada como causadora de muitos impactos ambientais. Entre os vários impactos, a agricultura global é responsável por quase um terço de todas as emissões de gases de efeito estufa (McMICHAEL, 2009).

⁵ Em estudo, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a relação entre inflação e preços dos produtos agrícolas e dos alimentos, nos anos 2008 a 2011, foi denominada de “agroinflação” (HAGE, PEIXOTO e VIEIRA Filho, 2012).

Uma terceira é a chamada crise financeira, que teve início em 2008 e 2009. Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 55), esta crise emergiu devido a uma combinação entre as políticas neoliberais e “[...] a financeirização, ou capitalismo encabeçado pelo setor financeiro”. O aumento do crédito sob a forma de títulos, combinada com a especulação, resultou em uma ampliação artificial da “[...] riqueza financeira ou o capital fictício, que se expandiu a uma taxa muito mais elevada do que a da produção, ou riqueza real” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 56). Entre suas consequências estão a alta liquidez (redução da taxa básica de juros) e expansão da oferta de dinheiro, permitindo investimentos, inclusive em terras e recursos naturais (lógica da mercantilização da natureza) (BORRAS *et al.*, 2012).

Não estão colocadas em uma ordem cronológica nem de importância, mas uma quarta crise é a energética. Os reflexos imediatos foram as altas dos preços do petróleo que atingiu seu pico em julho de 2008 (em torno de US\$ 147 o barril) – aliás, um fator fundamental na elevação dos preços dos alimentos – (PORTAL G1, 2008),⁶ mas a crise é composta principalmente pelos desafios em torno da necessidade de fontes alternativas aos combustíveis fósseis. Alternativas necessárias não só pelo esgotamento das reservas, mas também pela emissão de gases do efeito estufa causada pela queima de energias fósseis. Estão em jogo desde desafios sobre como as pessoas se movem – no sentido literal, deslocamentos geográficos e locais – até e especialmente como mover as máquinas de produção e, conseqüentemente, de acumulação.

Esse conjunto de crises cunhou uma forma chamada da demanda dos “4Fs”, muito utilizada nas discussões da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012. Os 4Fs se referem à demanda de crescente de *food* (alimentos), *fiber* (fibras ou ração), *fuel* (combustíveis ou energia) e *forest* (florestas, madeira, celulose e carvão). A elevação dos preços do petróleo em 2008, por exemplo, aconteceu, entre outras razões, pelo aumento das demandas de energia fóssil da China e da Índia (PORTAL G1, 2008).

Além de incentivar a chamada “economia verde” – para os críticos, incentivar mecanismo do “capitalismo verde” (SAUER, PIETRAFESA, PIETRAFESA, 2016) – os 4Fs explicitam a relação (capitalista) entre crise e oportunidade de negócios (seja pelo suprimento de uma demanda, seja pela

⁶ A partir de 2014, o preço do petróleo caiu vertiginosamente, ficando em torno de US\$ 30 dólares o barril em 2016. Essa queda deu-se, entre outros fatores, por um aumento da produção da Arábia Saudita, afetando países como a Rússia, Venezuela e Irã (parte da política energética adotada pelos Estados Unidos).

oportunidade de preços). Os 4Fs não explicam ou abarcam algumas demandas – como, por exemplo, a água e minérios –, assim como o aumento dos preços não está vinculado somente à essa demanda, portanto, é fundamental entender o *boom das commodities*, ou seja, o aumento dos preços das matérias primas (por diferentes razões) no mercado global a partir de 2008.

Os 4Fs têm relação direta com a agricultura – inclusive o petróleo, base energética da produção agrícola em grande escala –, portanto, tem relação com a terra e, conseqüentemente com a questão ou realidade agrária (SAUER, BORRAS, 2016). Esta relação, no entanto, não se resume aos 4Fs, pois há outras demandas, mas especialmente disputas e conflitos relacionados, por exemplo, à extração (predatória) de minérios, que também impactam diretamente sobre a terra e seu uso.

No caso brasileiro, depois dos embates relacionados ao Código Florestal (SAUER, FRANÇA, 2012), a preocupação – e os conflitos – estão relacionados a uma série de propostas legislativas para mudanças no Código de Mineração. Entre as diversas propostas, em tramitação no Congresso, por exemplo, estão as que liberam a extração mineral em terras indígenas. Além disto, como o Estado tem soberania (domínio) do subsolo – inclusive acima da lei de propriedade da terra, que está restrita ao solo –, há casos de ameaças a assentamentos de reforma agrária, pois a presença de minérios no subsolo está provocando disputas e ameaçando a expulsão de famílias assentadas via programas de reforma agrária governamental (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015).

A mineração – e a demanda por terras relacionada à esta atividade econômica – é um bom exemplo, não apenas do neoextrativismo (BALETTI, 2014, GUDYNAS, 2012), mas também da necessidade de pensar a realidade agrária (e a importância da terra) no Brasil e no continente para além de um problema agrícola ou agropecuário. A questão (inclusive retomando os 4Fs), apesar de sua importância – tanto em termos de direitos, direito humano à alimentação, como em termos estratégicos – não está reduzida à segurança alimentar (e sua relação direta com a produção agrícola), mas a um conjunto de temas estratégicos para a sociedade humana como um todo.⁷

⁷ É necessário aprofundar pesquisas e discussões teóricas, mas é uma tentativa de “atualizar” a clássica “questão agrária”, ampliando o conceito para além da agricultura (não só uma atividade econômica) e da terra (não restrita a um meio de produção). Os desafios históricos (concentração da propriedade da terra, exclusão dos camponeses, conflitos pela posse da terra, ‘lugar do agrícola’ no desenvolvimento, entre outros) são associados a outros, resultantes mas também bloqueadores do aprofundamento do sistema (concentração como bloqueador de processos de acumulação; destruição do meio ambiente como prejuízo, entre outros).

Consequentemente, a realidade agrária, a terra portanto, é fundamental em pleno Século XXI. Os temas mencionados têm relações diretas, mas não necessariamente exclusivas, com as populações do campo (campesinato). Os temas e suas consequências como, por exemplo, concentração e desigualdade; quem produz o alimento (nos termos do debate internacional, se a agricultura familiar – ou a produção em pequena escala – é capaz de produzir o suficiente para alimentar o mundo); processo de desterritorialização de populações do campo, devido à demanda por terras ou expansão das fronteiras agrícolas, entre tantos impactos (contaminação pela mineração, uso excessivo de agrotóxicos, entre vários outros temas) da crescente demanda por terras e expansão do modelo hegemônico de produção agrícola (SAUER, BORRAS, 2016).

Por outro lado, essas narrativas de crise também são fundamentais para a reprodução do sistema capitalista. A noção de crise é fundamental porque, ao expressar a ‘falta de algo’ (em termos econômicos, gera ou expressa uma demanda) abre oportunidade para investimentos e negócios, voltados a suprir essa demanda. Consequentemente, uma parte significativa dessas narrativas (o uso ou ênfase excessiva na crise) é voltada para gerar oportunidades de negócios. A ênfase na corrida mundial, por exemplo, se constituiu também em um mecanismo de aumento dos preços das terras (OLIVEIRA, 2012) e oportunidades de negócios – ou bloqueio dessas oportunidades, como afirmaram Hage, Peixoto e Vieira Filho (2012) –, sendo que o mesmo se deu com a crise alimentar, pois resultou em investimentos e aumento da produção (SILVA, 2011).

Essa combinação – tanto em termos discursivos como reais – de uma série de crises resultou em demandas e oportunidades de negócios. Resultou também na ampliação ou aprofundamento do modelo hegemônico, baseado na Revolução Verde, de produção agropecuária. Este aprofundamento está se materializando em dois fenômenos, sendo um o *land grabbing* ou “estrangeirização de terras” (SAUER e BORRAS, 2016; GRAIN, 2016; BORRAS *et al.*, 2012; ZOOMERS, 2010) e o outro formulado como *flex crops* ou “cultivos flexíveis”, em analogia aos motores ou à tecnologia flex (BORRAS *et al.*, 2016).

Em relação à estrangeirização de terras (ZOOMERS, 2010), o Brasil é um país que sofre mas também reproduz este fenômeno em outros países como, por exemplo, Paraguai, Bolívia e, mais recentemente, na África, particularmente em Moçambique. Apesar de uma tradução problemática

(apropriação ou controle seria mais apropriado),⁸ esse fenômeno da estrangeirização materializa, além da combinação de crises (BORRAS *et al.*, 2012), dimensões novas, levando Sassen (2013, p. 27) a afirmar que a “[...] terra, entendida em sentido amplo, se tornou uma das maiores necessidades do capitalismo avançado – para alimentos e cultivos industriais, lençóis subterrâneos de água, para formas tradicionais e novas de mineração”.

Não se trata, portanto, apenas de uma atualização da grilagem de terras, apesar de que essa estrangeirização se materializa em uma apropriação e controle sobre a terra, levando alguns a cunhar a expressão *control grab* (White *et al.*, 2012). Segundo estes autores, o fenômeno designa tipos específicos na dinâmica de propriedade, ou seja, “[...] a expropriação de terra, da água, de florestas e de outros recursos de propriedade comum; a sua concentração, privatização e transação (como propriedade ou aluguel) corporativas; e, por sua vez, a transformação de regimes laborais agrários” (WHITE *et al.*, 2012, p. 620).

Apesar das narrativas de que a terra deixou de ser um importante fator (ou meio) de produção (segundo essas narrativas, o modelo atual é mais eficiente e mais produtivo devido ao uso de tecnologia), há investimentos de empresas nacionais e estrangeiras, de diferentes atores, inclusive agentes do setor financeiro (bancos, fundos de pensão, etc.) (GRAIN, 2016), na “[...] transferência de direitos de uso, de controle, ou de propriedade da terra por meio de venda, arrendamento ou concessão” (SASSEN, 2013, p. 30). Com esses novos atores, há processos de “horizontalização” – em termos de alianças, *joint ventures*, acordos, investimentos conjuntos, etc. –, que é uma novidade, particularmente a partir de 2008.

O fenômeno da estrangeirização de terras – historicamente, marcado por processos cíclicos de apropriação, segundo Edelman (2013) – traz, entre outros desafios, o problema da soberania territorial, mas não se reduz a isto. Há uma relação histórica entre terra e nação⁹ (constituição de nação, abrangendo identidade, cultura e Estado/política), mas a compra de terras por estrangeiros não necessariamente destrói a soberania (pelo menos não

⁸ Conforme discutido em Sauer e Borrás (2016), não é muito apropriado traduzir *land grabbing* (inglês) ou *acaparamiento* (espanhol) para estrangeirização (termo utilizado por Zoomers em 2010), pois o fenômeno não se refere apenas à “aquisição em larga escala, envolvendo governos estrangeiros e provocando insegurança alimentar nos países receptores” (noção utilizada na pesquisa da FAO na América Latina em 2012). No entanto, a expressão, apesar de controversa, identifica aspectos importantes e dimensões chave da apropriação e controle de terras a nível global (BORRAS *et al.*, 2012) – Ver edição especial, de 2015, de Campo-Território sobre o tema (Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/> issue/view/1380/showToc).

⁹ Afirmação feita por Guilherme Delgado em sua exposição no mesmo simpósio na UNLARA, em 2016.

de modo explícito e tangível). Conseqüentemente, a apropriação de terras por latifúndios (nacionais ou estrangeiros) ameaça a constituição de uma nação soberana, mas há poucas diferenças entre, por exemplo, a apropriação da Mitsubishi (que possui 70 mil hectares no Mato Grosso do Sul)¹⁰ e do Blairo Maggi (um bom exemplo de um latifundiário nacional).

O *land grabbing* como processos de estrangeirização – não é a melhor tradução¹¹ e nem o problema se reduz à soberania – expressa processos recentes de apropriação e controle de terras a nível global. Este fenômeno e suas implicações políticas, econômicas e sociais são fundamentais na reafirmação da centralidade da terra (SAUER, BORRAS, 2016). A demanda global por terras e por recursos naturais possibilita a incorporação de novos atores e mecanismos de apropriação (não restrita à compra e investimentos produtivos), exploração, expropriação, gerando renda e lucro, fundamentais para a reprodução do sistema, mas também disputas e conflitos por terra (CASTILHO, 2017; WHITE *et al.*, 2012).

Associado ao fenômeno da estrangeirização – que não se reduz a investimentos produtivos e não deve ser reduzido à extensão ou à quantidade de hectares (EDELMAN, 2013) – o segundo fenômeno é o que estamos denominando por *flex crops* (cultivos ou colheitas flex) (BORRAS *et al.*, 2016).¹² Segundo estes autores (p. 94), a partir da combinação de crises – e a conseqüente busca de segurança alimentar, energética, etc. –, os cultivos e mercadorias flex “[...] têm múltiplas utilizações (alimento, ração, combustível, fibra, matéria industrial, etc.) que podem ser intercambiadas de forma flexível, ou seja, lacunas de abastecimento podem ser preenchidas por outras culturas flexíveis”. Conseqüentemente, o conceito abarca cultivos com flexibilidade nas substituições (intercâmbio de produtos e componentes) e com usos múltiplos dos produtos, portanto, com importantes avanços tecno-científicos

¹⁰ De acordo com levantamento do DataLuta (DALPERIO, 2015, p. 4), também presente no relatório da Grain (2016), 28 empresas compraram terras no Mato Grosso do Sul nos últimos anos, entre elas a Mitsubishi, com investimentos em soja, cana e eucalipto inclusive comprou a argentina Los Globos (empresa presente no Matopiba a uma década).

¹¹ Guilherme Delgado, em conversas informais, sugeriu que o fenômeno não se refere somente à estrangeirização, mas a processos de internacionalização de terras, ou seja, apropriação e controle que transcendem ou rompem com o regramento nacional (criação e cumprimento de leis de um país), base histórica tanto da constituição da nação como – da própria negação de nação através – do colonialismo (apropriação de terras/territórios em outros países) – Ver Castro e Sauer (2017).

¹² A revista *Journal of Peasant Studies* (Routledge), em 2016, publicou um volume especial (vol. 43, nº 1) denominado *Flex crops and commodities special forum*, de onde retiro grande parte da reflexão sobre o tema (BORRAS *et al.*, 2016).

(reais ou imaginários, como promessas de avanços) que facilitam a utilização (conversão) de matérias primas (uso de enzimas, conversão de usinas em biorrefinarias, etc.) para diferentes propósitos (BORRAS *et al.*, 2016).

Um componente fundante da noção de *cultivos flex* é justamente a possibilidade de usos múltiplos dos produtos. Não há uma destinação fixa, conseqüentemente, o cultivo de soja não visa apenas atender à demanda europeia, chinesa ou indiana de ração, mas também é destinada para energia (OLIVEIRA, SCHNEIDER, 2016). Os avanços tecnológicos permitem processos agroindustriais que utilizam a cana para fabricar plástico ou para produzir energia, justificando o uso da expressão biorrefinarias (McKAY *et al.*, 2016). Há uma multivariabilidade de usos – ou possibilidades de uso – dos diferentes produtos agrícolas – e mesmo não agrícolas como, por exemplo, os novos usos das florestas, as *florestas flex* –, expressando avanços e “[...] reconceituando a agricultura como fonte de biomassa para uma futura bioeconomia” (BORRAS *et al.*, 2016, p. 95) ou economia verde.

A flexibilidade e uso múltiplo é combinado a outros fatores, especialmente com as narrativas da centralidade do progresso da ciência (conhecimento tecnológico) e a financeirização da agricultura. Estes dois fatores rompem tanto com a separação agricultura e indústria – nos termos de Gillon (2016, p. 120), implica em uma reestruturação fundamental das relações entre os sectores agrícola e industrial e os padrões de utilização dos produtos agrícolas –, como vincula e subordina a agricultura à dimensão financeira, a chamada financeirização (BORRAS *et al.*, 2016), que não está restrita apenas à especulação, pois inclui investimentos produtivos.

Em relação ao progresso científico, é fundamental manter a noção de “narrativa da tecnologia” devido à crença exacerbada na solução de todos os problemas pelos avanços do conhecimento científico como, por exemplo, a segunda e a terceira geração do etanol vão resolver os problemas e demandas crescentes de energia. São narrativas pois parte significativa não é baseada em “uma flexibilidade real”, mas em “flexibilidade antecipada” e “imaginada” (BORRAS *et al.*, 2016), portanto, em discursos legitimadores (HUNSBERGER e ALONSO-FRADEJAS, 2016). A ciência passa a ser então – inclusive como mercadoria negociada no mercado futuro – expressão de promessa ou possibilidade de avanços técnicos e conseqüentes ganhos

financeiros futuros.¹³

Os investimentos recentes em pesquisas – inclusive com a criação da Embrapa Bioenergia – no setor da cana é expressão dessas promessas ou da “flexibilidade antecipada” e “imaginada” (McKAY *et al.*, 2016). Segundo Borrás e outros (2016, p. 106), em uma “flexibilidade antecipada”, não há efetivamente um fenômeno acontecendo, “[...] mas há expectativa real ou uma especulação sobre atividades produtivas com uma base material e uma lógica clara”. A flexibilidade imaginada não possui nem mesmo uma expectativa real, mesmo assim se constitui em motivação para investimentos.

Uma segunda – e não menos importante – característica ou componente dos *flex crops* é a financeirização da agricultura e de seus produtos. O capital financeiro é atraído por cultivos flex porque estes têm o potencial de mitigar riscos de investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar retornos (McKAY *et al.*, 2016). Esta financeirização não deve ser entendida, no entanto, apenas no sentido de uma maior presença do setor e seus agentes nas atividades e produtos agrícolas.¹⁴ É importante considerar que esse novo conjunto de instituições financeiras e atores influenciam na formação de preços (formação de valor de troca) (GILLON, 2016, p. 119). No entanto, isto não acontece como resultado da relação entre demanda (gerada por crises ou faltas) e oferta que motiva novos investimentos, mas pela especulação (financeirização).

Além da presença de agentes financeiros e da especulação – na verdade, faz parte desse processo borrar limites entre investimentos especulativos e produtivos –, a financeirização representa um descolamento desse processo ‘clássico’, tanto na formação de preços como nos processos de acumulação (BORRAS *et al.*, 2016). O exemplo mais simples é do mercado futuro, ou seja, a comercialização em uma série de transações financeiras (portanto, não de produtos e sim de papéis ou ações), sem necessariamente vinculação com a produção (oferta) e seu consumo (demanda).

Segundo Borrás e outros (2016, p. 102), “mais recentemente, [a financeirização] tem como alvo os setores alimentar e agrícola, especulando sobre atividades em toda a cadeia de suprimento agroalimentar”, gerando

¹³ Para uma discussão conceitual de cultivo flex, ver o texto introdutório (BORRAS *et al.*, 2016, p. 93-115) da edição especial do *Journal of Peasant Studies*.

¹⁴ A financeirização mais recente teve início nos anos 1970, quando empresas americanas e europeias, diante de uma crise de sobreacumulação (baixa demanda e declínio dos lucros), investiram o excedente nos mercados financeiros, mas o maior volume financeirizado é deste século, pois “o capital financeiro buscou refúgio em várias atividades nas décadas subsequentes – incluindo ações tecnológicas, moeda estrangeira e habitação – produzindo uma série de bolhas especulativas” (BORRAS *et al.*, 2016, p. 102).

uma volatilidade dos preços (fruto das especulações). Essa volatilidade, combinada com a expansão dos cultivos flex, afeta diretamente a demanda global (preços, disputas e conflitos, etc.) por terras e por recursos naturais ou matérias primas (GRAIN, 2016), incentivando a expansão das fronteiras agrícolas em países como o Brasil, mas também na África e Ásia.¹⁵ Esta é a conexão e a atualização da questão agrária, dando importância à terra, para além da histórica concentração da estrutura fundiária, reeditando a importância estratégica dos sujeitos do campo.

Mudanças na América do Sul: BRICS, Brasil e China

Esses processos provocaram mudanças na geopolítica global, com impactos importantes em terras sul-americanas, inclusive no sentido ou importância da terra e da questão agrária.¹⁶ Não cabe aqui uma análise sobre todos os processos e alianças, articulados a partir do início do século na região, como, por exemplo, a retomada do Mercosul (Mercado Comum do Sul), ou mesmo a criação da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). São importantes iniciativas – ou foram, pois vários estão em pleno desmonte –, mas vou tomar apenas a criação dos BRICS e, por extensão, a presença da China e do Brasil na região (CARPINTERO *et al.*, 2016).

A aliança entre Brasil, Rússia, Índia e China, a partir de uma primeira reunião dos chefes desses quatro Estados, em 2009, e a inclusão da África do Sul – e a consequente inclusão do S – na sigla BRICS, em 2011, vai além de uma mera formalização do acrônimo usado por Goldman Sachs no início do século. As várias reuniões e a criação de acordos de cooperação deram caráter de “bloco econômico” aos BRICS, apesar das diferenças – não só de história, cultura, língua, mas especialmente de nível ou poder econômico – entre os cinco países envolvidos.

Para os propósitos aqui, mais importante do que discutir se os cinco países efetivamente atuam como um bloco, a formação dos BRICS foi uma “guinada ao sul” (o sul global), materializando não só a cooperação sul-sul, mas inclinando o eixo global do desenvolvimento do capitalismo

¹⁵ Sobre a financeirização da agricultura e do campo, ver o excelente trabalho de Balestro (2017).

¹⁶ O tema da mesa era “a realidade agrária na América Latina”, no entanto, além das particularidades históricas nacionais, é preciso considerar que há diferenças significativas na atuação do Brasil (via Mercosul, por exemplo), mas também da presença da China em diferentes partes do Continente (significado, resistências, diferenças políticas, etc.).

(CARPINTERO *et al.*, 2016; CURADO, 2015). Essa inclinação, em várias previsões mais otimistas, especialmente devido a iniciativas como a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, decidida em 2013, gerou expectativas até de processos de “desdolarização” da economia mundial (NASSIF, 2014).

Essa “guinada ao Sul” – as relações Sul-Sul e a importância do Sul-Global – não significa apenas cooperação, apesar das narrativas brasileiras enfatizando essa perspectiva na política externa e nos acordos (MALLMANN, 2015). A presença (agora em franco declínio!) do Brasil na região, especialmente através de investimentos e empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em grande medida, reproduziu as perspectivas capitalistas de exploração, apesar das narrativas de apoio e cooperação (SAUER, BALESTRO, SCHNEIDER, 2017).¹⁷

A China, por outro lado, é um ator chave na região, especialmente devido à demanda por recursos naturais e produtos agrícolas, fatores que impactam sobre a realidade agrária regional. Além da China e Brasil, a perspectiva dos BRICS teve um papel crucial, não só na geopolítica global como também nos processos econômicos regionais, particularmente no setor agropecuário do Cone Sul. Isto porque o modelo de crescimento econômico dos BRICS está baseado no uso intensivo dos recursos naturais, especialmente nos processos de exportação de *commodities* agrícolas (e não agrícolas como, por exemplo, minérios, petróleo, entre outros) (CARPINTERO *et al.*, 2016).

Por outro lado, conforme já mencionado, há outros acordos e processos regionais que não podem ser desprezados em qualquer análise mais abrangente da recente dinâmica econômica regional. Além disto, os BRICS estão acompanhados do que se chama na literatura internacional dos MICs – *middle income countries*, países de renda média ou ‘países em desenvolvimento’ – como, por exemplo, a Argentina, Venezuela, Equador, apenas para citar alguns exemplos regionais (CURADO, 2015; MACKAY, 2015). Em outros termos, a geopolítica atual não é determinada apenas pelos BRICS e seus acordos e interesses, mas por uma combinação, bastante intrincada (um mundo multipolar), que a noção de sul-global abarca (BARROS, 2009).

A presença da China na região é fundamental, pois é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2010 (CURADO, 2015). A partir de 2009,

¹⁷ Apesar dos investimentos do BNDES em países do Cone Sul – que, nos governos Lula, atuou mais como um banco de desenvolvimento regional –, não há evidências fortes de *land grabbing* por parte do Brasil no período, pois os investimentos foram no setor agroindustrial – para mais detalhes, ver Mackay (2015).

como a segunda maior economia do planeta, a China passa a ser o principal parceiro comercial não só do Brasil como da Argentina e o maior credor de países como o Equador. Dados oficiais demonstram que o comércio entre a América Latina e a China cresceu 25 vezes desde o início do século. Os investimentos – na verdade, até recentemente eram mais empréstimos que investimentos diretos¹⁸ – fizeram com que o país asiático seja o principal destino das exportações da América Latina (HOGENBOOM, 2014), principalmente de produtos primários (*commodities*), com destaque para petróleo e minérios.

É fundamental entender que a presença e influência chinesas na região não se dá nos mesmos moldes dos empréstimos das instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial. Os investimentos e empréstimos chineses – recursos emprestados em troca de petróleo ou de outras *commodities* – não resultam em nenhuma condicionalidade como, por exemplo, ajustes econômicos, privatizações, ou qualquer outra exigência além dos termos de troca estabelecidos (HOGENBOOM, 2014).

Relatos retratam os bancos [*China Development Bank e China's Export-Import Bank*] como parceiros (Sul-Sul) do desenvolvimento e enfatizam que as instituições formais chinesas não interferem nos assuntos internos dos países tomadores nem estabelecem condições da política macroeconômica para os seus créditos, como fizeram as instituições baseadas em Washington (HOGENBOOM, 2014, p. 633).

Essa postura de não interferência (política) não significa que não haja fortes influências internas nos países da região. As mesmas ocorrem não via imposição de modelos ou exigência de mudanças político-econômicas, mas sim nos processos de troca, especialmente devido justamente à demanda por produtos primários (CARPINTERO *et al.*, 2016), causando, por exemplo, transformações no uso da terra. Essas demandas e acordos comerciais, além de incentivar a expansão das fronteiras agrícolas e fortalecimento do agronegócio exportador em países como o Brasil, são as bases materiais do que a literatura internacional conceituou como neoextrativismo, ou seja, a geração de superávits na balança comercial baseado na exportação

¹⁸ Segundo Hogenboom (2014, p. 632), “assim como os investimentos diretos, os maiores volumes de crédito chineses estão relacionados principalmente ao petróleo”, destinados ao Brasil, Venezuela e Equador. “A maioria destes créditos são baseados em petróleo e garantidos por contratos, a longo prazo (dez a trinta anos), de entrega de petróleo a empresas chinesas”.

de commodities, gerando recursos para investir em programas sociais (BALETTI, 2014; GUDYNAS, 2012).¹⁹

Em termos da geopolítica regional, os embates – seja com os Estados Unidos seja com países da Europa central – não estão relacionados a modelos de desenvolvimento (ou mesmo a posturas não imperialistas), mas justamente aos jogos de interesses políticos e disputas comerciais (McKAY *et al.*, 2016). Essas disputas (pela hegemonia) são, em vários aspectos, uma novidade exigindo olhares que transcendem às fronteiras nacionais e entendimentos mais amplos dos históricos problemas domésticos, inclusive das disputas políticas brasileiras (ROBERTS, 2016).²⁰

A formação de blocos econômicos ou a formalização de acordos comerciais, tanto regionais (como foi a ênfase no Mercosul, ou mesmo as demais tentativas como a Alba e a Unasul) como globais, independentemente das fragilidades e dificuldades, envolvendo particularmente governos progressistas (ou populares, ou de esquerda, dependendo do olhar) representam ameaças reais à histórica hegemonia estado-unidense no Continente. O esgotamento das narrativas neoliberais e as mudanças políticas nos vários países (Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai, Chile, brevemente no Paraguai, entre outros), e uma reaproximação dos países do Sul, primeiro pela retomada do Mercosul, afetaram diretamente os interesses históricos dos Estados Unidos na região (ROBERTS, 2016; McKAY *et al.*, 2016).

A constituição dos BRICS, a partir de 2009 – mas particularmente a criação de seu banco de desenvolvimento e, mais recentemente a criação do Banco de Desenvolvimento da Ásia, liderado pela China –, passou a ser um problema particularmente para os Estados Unidos. A nível nacional, o modelo de desenvolvimento baseado na extração de *commodities* dos BRICS abriu, de um lado, mercado para as exportações brasileiras, mas por outro, afetou (ou aprofundou) os históricos problemas agrários (SAUER, BALESTRO, SCHNEIDER, 2017). Além do aumento da demanda de

commodities, os acordos de cooperação, inclusive os objetivos do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, estão colocados em investimentos de infraestrutura (McKAY *et al.*, 2016). Esses investimentos, associado às demandas, impactam diretamente sobre usos da terra, pois criam condições para maior exploração (inclusive conectando regiões mais distantes aos mercados consumidores dos recursos naturais) (SAFRANSKY e WOLFORD, 2011), provocando a valorização (aumento dos preços) das terras, mas também gerando deslocamento (desterritorialização) e conflitos com populações locais.

Em termos econômicos, primeiro, é preciso considerar que há (ou houve) uma mudança nos atores envolvidos, tanto com uma maior influência da China (uma nação que tem perspectivas históricas diferentes dos Estados Unidos), como de outros agentes (empresas chinesas, mas também agentes financeiros). Em termos culturais (e políticos), portanto, é bastante distinto tratar (estabelecer acordos) com os Estados Unidos ou com a China, mas também com a Rússia ou com a Índia que estão presentes na região. Conforme já mencionado, diferente dos acordos com as agências multilaterais capitaneadas por Washington, não há imposições ou condicionalidades internas (cortes em gastos públicos, por exemplo, materializando a lógica neoliberal do Estado mínimo) na formalização desses acordos e empréstimos (McKAY *et al.*, 2016).

A não imposição de uma agenda neoliberal, no entanto, não significa acordos e cooperação sem impactos, inclusive há uma série de discussões sobre processos de desindustrialização do Brasil devido a estes acordos com os BRICS, particularmente com a China (CURADO, 2015; BRESSER-PEREIRA, MARCONI, 2009). As demandas reforçam o modelo agroexportador brasileiro, consolidando o agronegócio de exportação e “[...] o Brasil vai gradualmente se transformando na fazenda do mundo” (BRESSER-PEREIRA, MARCONI, 2009).²¹

Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2009), entre os diversos indicadores de desindustrialização (ou reprimarização da economia) estão os dados de exportação. A balança comercial brasileira é superavitária desde 2001, mas depende fundamentalmente da exportação de minérios e produtos agropecuários. As exportações agropecuárias foram responsáveis por 42%,

¹⁹ *Combinando investimentos públicos e privados, o neoextrativismo refere-se a processos de crescimento via intensificação da extração e exportação de bens naturais (minérios, terra, água, biodiversidade) e commodities agrícolas (BALETTI, 2014), gerando recursos públicos que são investidos em programas sociais e governamentais de transferência de renda para a população mais pobre (GUDYNAS, 2012).*

²⁰ *Segundo o jornalista Paul Roberts (2016), “tendo removido a presidente reformista da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, Washington agora se livra da presidente reformista do Brasil, Dilma Rousseff”, como parte do “[...] movimento de Washington contra os BRICS. Washington está se movendo para colocar no poder político um partido de direita que Washington controle, a fim de encerrar as crescentes relações do Brasil com a China e a Rússia”.*

²¹ *Sobre a desindustrialização, ver o artigo de Bresser-Pereira e Marconi (2009), segundo esses autores “[...] enquanto a China se transforma na fábrica do mundo e a Índia, na produtora universal de softwares, o Brasil vai gradualmente se transformando na fazenda do mundo”.*

em média, do total exportado até 2010, caindo um pouco, para 39,5% em 2012 (CONCEIÇÃO, CONCEIÇÃO, 2014). Do total exportado, 23,2% foram de soja e 8,8% de farelo, além percentuais menores de outros derivados de soja. Houve ainda a venda de açúcar (13,3%), frango (9,6%) e carne bovina (7,6%), mas o complexo soja foi o maior item exportado em 2012 (SAUER, BALESTRO, SCHNEIDER, 2017). Desta lista restrita de bens exportados, a China é o principal destino, recebendo 18,8% do total (contra 5,5% em 2002), superando os Estados Unidos que recebeu apenas 7,3% (sendo que eram mais de 16% em 2002) em 2012 (CONCEIÇÃO, CONCEIÇÃO, 2014).

Apesar de reconhecer os desafios, é fundamental não transformar a China em vilã ou no grande problema econômico brasileiro ou regional (PUYANA, COSTANTINO, 2015). É um importante parceiro comercial e as demandas – parte da expressão global de demandas por recursos naturais, conforme vimos acima – precisam ser entendidas, particularmente os impactos no campo e nas transformações agrárias (uso da terra), em um contexto de disputas pela hegemonia política na região. Essa disputa inclusive passa por ou reforça processos de xenofobia, ou de “chinesfobia”,²² colocados a serviço do controle político (hegemonia) e da acumulação (econômica).

Não há muitos dados disponíveis, sendo que os números de investimentos diretos estrangeiros disponíveis são apenas os do Banco Central. O BACEN, no entanto, não discrimina esses investimentos, apenas registra os valores anuais aplicados na agricultura brasileira, sem diferenciar os diversos tipos ou áreas (se seriam investimentos diretos na produção agrícola, ou na compra de terras, ou na compra de máquinas, etc.). Mesmo assim, conforme já mencionado, até recentemente, as empresas chinesas faziam poucos investimentos diretos (conforme HOGENBOOM, 2014) na região.

Até 2013, segundo os dados do BACEN de investimentos na agricultura, a China era apenas o 24º país em investimentos diretos no Brasil (investimentos somados de 2010 a 2013). A liderança continuava sendo dos Estados Unidos (investimentos de US\$ 3,2 bilhões em 2013), seguido de vários outros países como Reino Unido, Japão, França, Holanda, Suíça, portanto, uma presença importante dos países europeus. Consequentemente, o reconhecimento de um novo ator na região (China), e da importância dos BRICS, não justifica

²² Segundo editorial de *O Estado* (2010, p. A3) “O ex-ministro Antônio Delfim Netto tem razão quando recomenda cuidado com as vendas de terras a empresas da China, controladas pelo Estado ou com participação estatal. [...] No caso de recursos naturais, e de terras para a agropecuária, avaliar corretamente essa estratégia é uma questão de segurança. ‘Os chineses compraram a África e estão tentando comprar o Brasil’, disse o professor Delfim Netto em entrevista ao Estado de domingo”.

qualquer análise ‘chinesfóbica’ (OLIVEIRA, 2017).

Nos anos mais recentes, no entanto, a presença da China na região também muda de perfil, aumentando os investimentos diretos.²³ Chamando a atenção, a partir de 2014, uma série de aquisições (compras e fusões) de grandes empresas do agronegócio por parte de empresas chinesas (PUYANA, COSTANTINO, 2015). Ainda em 2014, a COFCO (*China National Cereals, Oils and Foodstuffs Co.*), uma das principais empresas chinesas de cereais, óleo e alimentos, comprou a *Noble* (empresa do agronegócio com sede em Singapura e Hong Kong) e *Nidera* (empresa de sementes e comercialização, com base na Holanda) (OLIVEIRA, 2017; GRAIN, 2016). Estas eram duas grandes empresas com forte atuação na Argentina, mas também com investimentos no Brasil desde 2004 (Mato Grosso, Paraná, Matopiba), inclusive a *Noble* era proprietária de terminal em Santos. Com essa aquisição, a COFCO passou a ser a segunda maior empresa esmagadora de soja (12,8% do total) na Argentina, atrás apenas da Cargill (CRAVIOTTI, 2017), em 2015. No Brasil, a COFCO foi a terceira maior exportadora de soja no mesmo ano, ficando atrás apenas da Cargill e Bunge.²⁴

Ainda em relação a investimentos no campo regional, o Chongqing Grain Group (CGG) chinês comprou 130 mil hectares na região de Santiago del Estero, em 2013, e fez uma parceria com o *Molino Cañecas*, produtor de óleos vegetais e farinha, para comprar outros 10 mil hectares na província de Córdoba. Outra empresa chinesa, a Beidahuang, fez uma parceria com a *Cresud*, a maior empresa agrícola da Argentina, para a aquisição de 320 mil hectares na província de Rio Negro (WILKINSON; WESZ Jr., LOPANE, 2016, p. 18). Apesar de uma profusão de informações pela grande imprensa, é importante observar que não há confirmação de todas essas aquisições, especialmente no que se refere às notícias de investimentos em terras (OLIVEIRA, 2017).²⁵

²³ Puyana e Constantino (2015, p.111) defendem que este processo começou mais cedo, início dos anos 2000, como “[...] parte do programa governamental ‘going global’ [tornando-se global], lançado em 1999 e destinado a abrir novas oportunidades de investimentos para a expansão do capital chinês no resto do mundo”, mas afirmam “os investimentos chineses em terras na América Latina começaram a se generalizar a partir de 2008” (p. 113), especialmente na Argentina e Colômbia.

²⁴ Segundo Oliveira (2017, p. 11), “embora a COFCO controle cerca de 145 mil hectares no Brasil, associado às quatro usinas de açúcar que adquiriu através da Noble, é muito claro que pretende se concentrar no comércio de commodities e não na produção agrícolas”.

²⁵ A “intenção” do Chongqing Grain Group de comprar 200 mil hectares na Bahia para cultivar soja é um bom exemplo, pois foi amplamente divulgado pela imprensa, mas sem qualquer dado de que esta aquisição efetivamente aconteceu (OLIVEIRA, 2017), portanto, as análises devem incluir pesquisas e informações além das divulgadas pela mídia.

No entanto, dois aspectos são fundamentais, primeiro, a presença da China na região ganhou um novo perfil. As fusões e aquisições mencionadas representam a consolidação da China no setor, inclusive desafiando “o controle do comércio mundial de grãos pelas quatro grandes” do agronegócio (WILKINSON, WESZ Jr., LOPANE, 2016, p. 16), ou ABCD – ADM (Archer Daniel Midlands), Bunge, Cargill e Dreyfus. As aquisições da COFCO (maior processador e comerciante de alimentos da China), “juntamente com a aquisição da Syngenta pela ChemChina, irá representar a maior e mais significativa presença de capital chinês, não só no complexo brasileiro de soja, mas no agronegócio como um todo” (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Segundo, essas fusões ou aquisições fazem parte de processos globais de concentração (e oligopolização) do setor, que não está restrita a uma maior atuação da China na região.²⁶ O Brasil é um ator importante nesses processos, com investimentos do BNDES, especialmente a partir de 2006, com empréstimos e financiamentos de infraestrutura em vários países do Cone Sul. De 2008 a 2014, o BNDES foi o principal financiador, se constituindo verdadeiramente em um banco regional de desenvolvimento da América do Sul, pois superou os investimentos do Banco Mundial e do Banco Inter Americano de Desenvolvimento (BID) (SAUER, BALESTRO, SCHNEIDER, 2017), especialmente no contexto dos acordos da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (SAFRANSKY, WOLFORD, 2011).

Esses financiamentos e investimentos, especialmente para a construção de infraestrutura – o caso mais conhecido foi da construção de uma rodovia na Bolívia que passava por uma área indígena (CARMO, 2011) –, também provocou impactos sobre uso da terra em vários países. No setor agropecuário, a atuação da JBS é a empresa mais agressiva em investimentos (que também teve financiamentos do BNDES) na América do Sul, com impactos diretos sobre o uso da terra (incentivos à expansão das pastagens e criação extensiva de gado) (MacKAY, 2015).²⁷

²⁶ Publicado em novembro de 2015, relatório de entidades não governamentais (REDE, GRAIN et al., 2015) apontou investimentos de fundos de pensão europeus e norte-americanos, via um fundo global de terras agrícolas denominado TIAA-CREF Global Agriculture (TCGA) em terras no Matopiba. Segundo Oliveira (2017, p. 8), junto com a TIAA-CREF, empresas do agronegócio como, por exemplo, Cresud/Brasilagro, Adecoagro, SLC Agrícola, El Tejar, Multigrain/Xingu Agro e a V-Agro adquiriram mais de 750 mil hectares no Brasil, aplicando especialmente capital europeu, norte-americano e japonês (informações que também constam do relatório da GRAIN, de 2016).

²⁷ O relatório da Grain (2016, p. 7 do anexo I) destacou a expansão do grupo JBS, especialmente seus investimentos (US\$ 40 milhões) na Austrália, com a aquisição de frigoríficos, abatedouros, fazendas de engorda com 10 mil hectares de terras (em torno de 150 mil cabeças de gado).

Há poucas informações sobre investimentos diretos brasileiros em terras na região, como, por exemplo, os *land grabbing* brasileiro no Paraguai e na Bolívia, acontecidos nos anos 1970 e 1990. Há – ou melhor, houve até 2014 –, no entanto, investimentos brasileiros, basicamente com recursos públicos do BNDES, em setores como, por exemplo, na agroindústria (particularmente no setor de processamento de carne bovina – MacKAY, 2015). O importante é constatar a participação ativa do Brasil na consolidação e expansão do agronegócio regional (reprodução do modelo agropecuário, exportador, monocultor, concentrador de terras), particularmente na expansão da soja (WILKINSON, WESZ Jr., LOPANE, 2016), tornando a questão da terra (e dos recursos naturais) um tema transfronteiriço e, portanto, global.

Considerações finais

Análises sobre transformações agrárias globais devem considerar algumas mudanças fundamentais, sendo uma a entrada de novos atores. Estes não apenas empresas chinesas, mas grupos e investimentos japoneses, estado-unidenses, europeus. Empresas, buscando oportunidades de negócios, investiram pesado em alguns como, por exemplo, a Shell e a British Petroleum, que compraram usinas e terras em São Paulo e Goiás. São petroleiras fazendo investimentos no setor agroindustrial, em busca de fontes alternativas de energia.

Estas são apenas dois exemplos de novos atores – antes se não avessos a investimentos no setor agrícola, no setor primário – que passam a ser chave nas transformações agrárias, em consequência da crise energética, mas também da alta dos preços das commodities. Como mencionado, os cultivos flex permitem a combinação de investimentos, que transcendem à produção agropecuária, aos modelos produtivos estritamente agrícolas.

Estes atores e investimentos reforçam a lógica do agronegócio exportador de matérias primas em países com o Brasil e a Argentina. Apesar da importância de equilíbrios na balança comercial (relação entre exportações e importações), incentiva a reprimarização ou a desindustrialização da economia. A indústria perde espaço, aumentando a dependência da exploração e exportação dos recursos naturais. A economia passa a ser movida pela exportação de commodities agrícolas e não agrícolas (minério de ferro para a China, mas também para outros países industrializados). O resultado não é só uma maior dependência desse modelo do agronegócio,

mas também o seu fortalecimento político interno.

Há também um aprofundamento da concentração das riquezas geradas. Concentração da terra e dos produtos da terra. Na verdade, está ocorrendo forte oligopolização do setor com fusões e aquisições como, por exemplo, entre a Bayer e a Monsanto, mas também a aquisição da Syngenta pela ChemChina. Essa oligopolização permite maior controle sobre os meios de produção (terra), mas também o que a literatura internacional denomina de ‘*commodities grabbing*’, ou seja, um controle ou “grilagem dos produtos” da terra. Grande parte da exportação brasileira de commodities agrícolas é dominada por poucas empresas agroexportadoras, as quais estão em processos de fusões e aquisições.

A demanda mundial por terras – a estrangeirização, fruto de investimentos de empresas de vários países – transformou a terra em um ativo financeiro. Possibilidades de investimentos – produtivos e especulativos –, que trazem profundas transformações agrárias, tanto em termos do uso (dimensão produtiva) como do controle da terra. O Brasil sofre este processo, mas também promove o mesmo, tanto através de financiamentos públicos (via BNDES) como de incentivos a empresas.

Um elemento importante, que merece mais pesquisas, é não expansão recente para além fronteiras, como aconteceu com a invasão do Paraguai e da Bolívia. Uma hipótese é que a fronteira agrícola brasileira ainda está aberta. A criação do Matopiba aponta nesta perspectiva, especialmente os incentivos governamentais para a expansão dos cultivos de soja. A ‘fronteira agrícola’, no entanto, não pode ser entendida como ‘ocupação de espaços vazios’, pois a disponibilidade de terras se reduz a preços (terras baratas) e a formas diversas de ocupação. Em outras palavras, a inexistência de lavouras (monocultivos) não é sinônimo de terras ociosas ou desabitadas.

Consequentemente, expansão da fronteira agrícola significa novos processos de concentração, exclusão ou expulsão de populações locais e ampliação da destruição do Cerrado. Isto significa a negação, direta e explícita, de direitos territoriais de camponeses, indígenas, populações tradicionais. O reconhecimento, portanto, de direitos territoriais (demarcação de terra indígena, assentamento de sem terras, reconhecimento de território quilombola, entre outros) significa retirar essas terras do mercado.

Investimentos, resultantes do aumento da demanda ou da especulação, refletem nos preços da terra. Além da negação de direitos, esses investimentos estão na contramão de qualquer programa público de reforma agrária

(criação de assentamentos) ou reconhecimento de direitos. Os programas se tornam mais caros, portanto, além de aumentar os conflitos fundiários (disputas pela terra), conseqüentemente aumentam as resistências (políticas) e dificuldades (burocráticas) para a implantação dos mesmos.

Concluindo, a demanda global por commodities (e por terra), no contexto de várias crises, resulta em problemas estruturais para os países do Cone Sul, pois aprofundam os históricos processos de concentração. Respeitadas as particularidades e diferenças históricas nacionais, há uma série de problemas que são comuns; que devem ser entendidos no contexto das relações sul-sul. A centralidade da terra (a concentração nas mãos de poucos) provoca um acirramento da disputa, porque voltou a ser um elemento chave, tanto para as populações do campo (valor para a existência) como para investimentos (terra como ativo financeiro). Este é sentido e centralidade, fazendo da ‘questão agrária’ o tema do século XXI.

Referências Bibliográficas

BALESTRO, Moises V. **Financialization in agribusiness: some notes from the Brazilian case.** Brasília, BICAS working paper [2015] – prelo no **Third World Thematics**, 2017.

BALETTI, Brenda. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism. **Environment and Planning A**. Vol. 46, 2014, p.5-25.

BARRETTO, Eduardo. Temer acena com agrados para a bancada ruralista, setor anti-Dilma. **Agência O Globo**, 12 de julho de 2016.

BARROS, Geraldo. **Brazil: the challenges in becoming an agricultural superpower.** In: BRAINARD, Leal e DIAZ-MARTINEZ (Eds.). **Brazil as an economic superpower? Understanding Brazil’s changing role in the global economy.** Brookings Institution Press, Washington DC, 2009, p. 81-109.

BORRAS, Saturnino (Jun) Jr.; FRANCO, Jennifer C.; ISAKSON, S. R.; LEVIDOW, Les e VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 43, nº 1, 2016, p. 93-115.

BORRAS, Saturnino (Jun) Jr.; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio e WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**. Vol. 33, nº. 4, 2012, p. 402-416.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **A crise financeira global e depois: Um novo capitalismo?** *Novos Estudos* 86, CEBRAP, março, 2010, p. 51-72.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. e MARCONI, Nelson. Doença holandesa e desindustrialização. **Valor Econômico**, 25 de novembro de 2009.

CARMO, Marcia. Indígenas e oposição da Bolívia criticam papel do Brasil em rodovia. **BBC Brasil**, 28 de setembro, 2011. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110927_bolivia_mc.shtml (acesso em 06 de janeiro de 2017).

CARPINTERO, Óscar; MURRAY, Ivan; BELLVER, José. The new scramble for Africa: BRICS strategies in a multipolar world. **Analytical Gains of Geopolitical Economy**. Emerald Group, 2016, p. 191-226.

CASTILHO, Alceu. 20 grupos estrangeiros têm 3 milhões de hectares de terras no Brasil. **Observatório do agronegócio no Brasil: De olho nos ruralistas**. 09 de janeiro de 2017 – Disponível em <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/01/09/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/> (acesso em 16/01/2017).

CASTRO, Luís F. P. e SAUER, Sérgio. **Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2017 (prelo).

CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. e CONCEIÇÃO, Pedro H. Z. **Agricultura: Evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Texto para Discussão nº 1944. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –

IPEA, 2014.

CRAVIOTTI, Clara. As seeds flow: Multilatin firms and models of development in MERCOSUR countries. **Globalizations** (edição especial sobre “the rise of BRICS and MICs and implications for global agrarian transformations”), 2017 (prelo).

CURADO, Marcelo. China rising: threats and opportunities for Brazil. **Latin American Perspectives**. Vol. 42, nº. 6, 2015, p. 88-104.

DALPERIO, Lara C. Estrangeirização de terras por meio da compra no estado do Mato Grosso do Sul: algumas reflexões. **Boletim DATALUTA**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Presidente Prudente, nº. 94, outubro de 2015. Disponível em www.fct.unesp.br/nera (acesso em 03 de janeiro de 2017).

DOMINGUES, Filipe. Alta dos alimentos coloca 44 milhões de pessoas na pobreza. **O Estado de São Paulo**, Agência Estado, 15 de fevereiro de 2011.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 40, nº. 3, p. 485-501, 2013.

GILLON, Sean. Flexible for whom? Flex crops, crises, fixes and the politics of exchanging use values in US corn production. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 43, nº 1, 2016, p. 117-139.

GRAIN. **The global farmland grab in 2016: how big, how bad?** Barcelona, 14 de junho de 2016 – Disponível em <https://www.grain.org/article/entries/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-bad> (acesso em 16/01/2017).

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.;

NASCIMENTO, E. P. (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro,

Garamond e IRD, 2012. p. 303-318.

HAGE, Fábio A. S., PEIXOTO, Marcus e VIEIRA Filho, José E. R. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: Uma avaliação jurídica e econômica.** Texto para Discussão 1795, IPEA, Rio de Janeiro, novembro de 2012.

HOGENBOOM, Barbara. Latin America and China's transnationalizing oil industry: a Political Economy assesment of new relations. **Perspectives on Global Development and Technology.** Brill, vol. 13, 2014, p. 626-647.

HUNSBERGER, Carol e ALONSO-FRADEJAS, Alberto. The discursive flexibility of 'flex crops': comparing oil palm and jatropha. **Journal of Peasant Studies.** Vol. 43, nº 1, 2016, p. 225-250.

LACERDA, M. Venda de terras a estrangeiros deve ser regulamentada em agosto. **Canal Rural**, 14 de julho de 2016. Disponível em <http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/venda-terras-estrangeiros-deve-ser-regulamentada-agosto-63003> (acesso em 10 de dezembro de 2016).

MACKEY, Lee. Multinational emergents and agroindustrial divergence: Evidence on Brazilian firms in the Americas. Anais da **International conference on Rural transformations and food systems: The BRICS and agrarian change in the Global South.** University of the Western Cape, África do Sul, abril de 2015 (BICAS working paper).

MALLMANN, Maria I. A systemic approach to Brazilian foreign policy. **Civitas.** Vol. 15, nº. 3, julho-setembro, 2015, p. 546-559.

McKAY, Benedict; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; XU, Yunan e SAUER, Sérgio. China in Latin America: towards a new 'consensus' of resource control? Conference paper nº. 16. **Anais da 4th International Conference of BICAS,** China Agricultural University, Pequim, 28-30 novembro de 2016.

McKAY, Benedict; SAUER, Sérgio; RICHARDSON, Ben e HERRE,

Roman. The political economy of sugarcane flexing: initial insights from Brazil, Southern Africa and Cambodia. **Journal of Peasant Studies.** Vol. 43, nº 1, 2016, p. 195-223.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies.** Vol. 36, nº. 1, p. 139-169, 2009.

MUTELA, Hélder. O crescimento populacional e a questão alimentar. **Jornal O País.** Escritório da FAO em Portugal, 25 de Julho de 2014, p. 16.

NASSIF, Luís. **O banco BRICS é o primeiro passo na desdolarização da economia mundial.** 25 de novembro de 2014 – Disponível em <http://jornalggn.com.br/noticia/o-banco-brics-e-o-primeiro-passo-na-desdolarizacao-da-economia-mundial> (Acesso em 04 de janeiro de 2017).

NINIO, Marcelo. Ministro da Fazenda defende venda de terras para estrangeiros. **Folha de S. Paulo**, 22 de setembro de 2016.

O Estado de São Paulo. Editorial: China compra terras no Brasil. 3 de agosto de 2010, p. A3.

OLIVEIRA, Gustavo L.T. Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. **Globalizations** (edição especial sobre "the rise of BRICS and MICs and implications for global agrarian transformations"), 2017 (prelo).

OLIVEIRA, Gustavo L.T. e SCHNEIDER, Mindi. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. **Journal of Peasant Studies.** Vol. 43, nº 1, 2016, p. 167-194.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, nº. 12, São Paulo, USP, 2010 [2012], p. 3-113.

OSWALD, Vivian. Alimentos mais caros, e nas mãos de poucos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2011.

PUYANA, Alicia e COSTANTINO, Agostina. Chinese land grabbing in

Argentina and Colombia. **Latin American Perspectives**. Vol. 42, nº. 6, p. 105-119, 2015.

PORTAL G1. **Terceira crise do petróleo: mais violenta e perigosa que as anteriores**. 10 de junho de 2008 – Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL595739-9356,00-TERCEIRA+CRISE+DO+PETROLEO+MAIS+VIOLENTA+E+PERIGOSA+QUE+AS+ANTERIORES.html (acesso em 30/12/2016).

REDE Social de Justiça e Direitos Humanos; GRAIN; Inter Pares; Solidarity Sweden – Latin America. **Foreign pension funds and land grabbing in Brazil**. São Paulo, novembro de 2015.

ROBERTS, Paul C. Washington lança o seu ataque contra BRICS. A desestabilização do Brasil e Argentina. **GGN online**. 03 de maio de 2016. Disponível em <http://jornalgggn.com.br/noticia/washington-lanca-o-seu-ataque-contra-brics-por-paul-craig-roberts> (acesso em 05 de janeiro de 2017).

SAFRANSKY, Sara e WOLFORD, Wendy. Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas. **International Conference on Global Land Grabbing**. University of Sussex, 6 to 8 of April 2011 – Available at www.future-agricultures.org/index (acesso em 05 de janeiro de 2017).

SASSEN, Saskia. Land Grabs today: Feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**. Vol. 10, nº 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. e SCHNEIDER, Sergio. The ambivalent and shaky stance of Brazil as a regional power in Latin America. **Globalizations** (edição especial sobre “the rise of BRICS and MICs and implications for global agrarian transformations”), 2017 (prelo).

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José P. e PIETRAFESA, Pedro A. Climate change and agrofuels: Brazilian ethanol and the Cerrado biome. In: ANGELO, Mary J. e PLESSIS, Anél Du (eds.). **Research Handbook on Climate Change and Agricultural Law**. Cheltenham, Edward Elgar Publishing Ltda., 2016, p. 331-366.

SAUER, Sérgio; BORRAS Jr., Saturnino. ‘Land grabbing’ e ‘green grabbing’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terra. **Campo-Território**. Edição especial, junho, 2016, p. 6-42.

SAUER, Sérgio e ALBUQUERQUE, Ralph de M. Neoextrativismo, mineração e disputas por terra no campo brasileiro. In: MITIDIERO, Marco A. *et al.* (orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo, Outras Expressões, 2015, p. 251-277.

SAUER, Sérgio e FRANÇA, Franciney C. de. “Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar”. **Caderno CRH**. Salvador, Vol. 25, nº. 65, maio/agosto, 2012, p. 285-307.

SCHIANOVI, Christina M. The contested terrain of food sovereignty construction: toward a historical, relational and interactive approach. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 44, No. 01, janeiro, 2017, p. 1-32 (publicado online).

SILVA, José Graziano da. Subtrair espaços à incerteza. **Folha de São Paulo**, 03 de agosto de 2011.

THE ECONOMIST. **Commodity prices and global growth: Back with a vengeance**. 20 de janeiro de 2011 – disponível em <http://www.economist.com/node/17969925> (acesso em 23 de dezembro de 2016).

WILKINSON, John; WESZ Jr., Valdemar J. e LOPANE, Anna R. M. Brazil and China: the agribusiness connection in the Southern Cone context. **Third World Thematics** – publicado online, 2016. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23802014.2016.1259581?journalCode=rtwt20> (acesso em 06 de janeiro de 2017).

ZAIA, Cristiano. Venda de terras para estrangeiros fica para 2017. **Valor Econômico**, 16 de novembro de 2016.

ZOOMERS, Annelis. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 37, nº 2, p. 429-447, 2010.